

Sen Sarney: João devolverá autonomia a municípios

O presidente do PDS, senador José Sarney, informou que o Governo enviará ao Congresso, ainda neste primeiro semestre, projeto excluindo vários municípios das áreas de segurança nacional, restabelecendo assim a sua autonomia política. Estudo neste sentido já teria sido concluído pelo Conselho de Segurança Nacional e remetido ao presidente Figueiredo, de forma a que já nos próximos meses possa chegar ao Congresso.

A iniciativa, como fez questão de enfatizar Sarney, partiu de solicitação das bancadas do Governo, "pois acreditamos que em alguns casos o conceito de segurança nacional foi visivelmente extrapolado".

Bastante tranqüilo em relação à "solidariedade de nosso partido em torno do presidente Figueiredo", Sarney não vê qualquer necessidade de fechar questão contra a Emenda Lobão. Em sua opinião, o "emendão" enviado pelo Governo no mesmo sentido representou o compromisso definitivo do Presidente para com as eleições diretas, "e o PDS, que é majoritário, sustentará a posição do Presidente".

"Não há um disciplinamento compulsório, mas uma solidariedade espontânea" - acrescentou, ao reafirmar que o PDS está firmemente unido em torno do Governo.

DISTRITAL

Ao contrário do que afirmam certos setores do Governo, o senador José Sarney disse que não há decisão a respeito da instituição do voto distrital no sistema eleitoral brasileiro, "e a tarefa à qual todos devemos estar voltados no momento é a da consolidação dos partidos políticos".

Os próximos passos neste campo, após a organização das novas agremiações, seria uma reforma no sistema eleitoral, envolvendo a chamada Lei Falcão e a própria legislação eleitoral, tudo isto antes das eleições de 1982.

A direção do PDS pretende fazer consulta ao TSE sobre a necessidade ou não de apresentar os atos formais de instalação das comissões municipais exigidas por lei para solicitar registro provisório da agremiação. Caso a simples designação daqueles órgãos seja suficiente, no início da semana o partido dará entrada a seu requerimento de registro junto à Justiça Eleitoral.

O comando do PDS, a começar do presidente José Sarney, não negou a intenção do Governo de estabelecer o voto distrital no Brasil, já na eleição de 1982, tendo mesmo a maioria de seus integrantes admitido que "o assunto já constitui determinação de Governo".

O secretário-geral do PDS, deputado Prisco Viana, observou, por exemplo, que "todo o Governo pensa em termos de voto distrital, embora saiba que, hoje, o assunto não seria aprovado, se fosse submetido ao Congresso Nacional".

"O problema do distrital, ao que sei - acrescentou - não é dos que estão em pauta para decisão imediata. Trata-se, no entanto, de assunto que sempre vem a debate, por ocasião de qualquer exame de matéria político-eleitoral."

Prisco explicou que, devido ao pensamento do Governo, é natural que o assunto seja sempre abordado, nos contatos entre congressistas e autoridades. A seu ver, também é compreensível que os ministros procurem realizar o trabalho de convencimento dos políticos que se opõem ao distrital.

REAÇÃO

A revelação de que o Governo pretende implantar o distrital em 1982, para a eleição geral daquele ano, provocou grande reação entre os congressistas. Um deles, numa conversa informal com o líder da Maioria na Câmara, Nelson Marchezan, chegou a observar que sempre fora disciplinado e, até aqui, jamais deixou de votar o que o Governo lhe pedira.

"Mas - salientou - se insistirem em que eu aprove o distrital, prefiro abandonar a política."

Noutra roda, também informalmente, o deputado Ubaldo Barém, do PDS de Mato Grosso, reafirmou sua posição contrária ao distrital, por entender que ele facilita as pressões econômicas e políticas, em favor de determinadas candidaturas.

"A volta ao distrital - reclamou um pedesista ao líder da Maioria - seria a desproclamação da Revolução de 1930, que acabou com aquele sistema de votação, em nome da moralidade dos nossos costumes políticos."

A articulação em favor do distrital estaria sendo conduzida menos pelos ministros do Gabinete Civil da Presidência da República e da Justiça, respectivamente Golbery do Couto e Silva e Ibrahim Abi-Ackel. O objetivo do Governo é encaminhar a matéria ao Congresso em 1981, oferecendo aos congressistas - tal como no caso da emenda constitucional do pleito direto de governadores - algumas compensações. Assim, nessa oportunidade, se revogaria a Lei Falcão (que impede o acesso de candidatos aos veículos de massa) e, quanto aos representantes governistas, garantias de ajuda governamental para suas respectivas reeleições.

Muitos representantes do PDS também acreditam que o sistema eleitoral a ser adotado não poderá ser o distrital puro. Uma parte dos candidatos se elegerá pelo distrito a que pertence, e outra continuará a eleger - se pelo sistema proporcional.

"Nessas condições, o Governo terá como negociar com os adversários do distrital, oferecendo - lhes uma porcentagem maior de representação pela proporcionalidade. Seriam eleitos 70 ou 80% pelo voto proporcional, em cada estado, e 20



José Sarney

ou 30% pelo distrital".

CONSEQUÊNCIAS

Entre políticos, acredita-se que, através do voto distrital, o Governo conseguirá eliminar o debate político ideológico na maior parte do País. Os partidos que, aparentemente, poderão dar conteúdo ideológico a suas campanhas terão de fazê-lo nos grandes centros urbanos. Para essas regiões, no entanto, estará reservado no máximo um terço dos distritos eleitorais em que se dividir o País, predominando nas eleições o eleitorado dos municípios de médio porte.

Em abono da tese do distrital, os ministros do Presidente João Figueiredo - que também é favorável à idéia - procurarão sustentar que esse sistema de votação é predominante nos países democráticos, como Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha Ocidental.

MARCHEZAN

Ao afirmar ontem que o voto distrital é ruim para os políticos, embora atenda aos interesses do País, o líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, admitiu que o assunto terá de ser examinado pelo Congresso, mais cedo ou mais tarde. Ele negou, no entanto, que o Governo precise dar sinal verde para o debate.

Quanto à posição do PDS sobre a questão, explicou Marchezan que o voto distrital para o seu partido torna-se uma questão aberta, não sendo referido no manifesto nem no programa e também não sendo objeto de posição partidária. Pessoalmente, ele se diz contra o sistema, no que encontra adversários e correligionários.

Revelou o líder que sistematicamente recebe em seu gabinete deputados que advêm sobre sua rebeldia, ameaçando até mesmo com a deserção do partido, caso seja instituído o voto distrital. E na mesma proporção chegam os simpatizantes da medida.

Isso porque o voto distrital tem características que tocam profunda e diretamente cada parlamentar, disse Marchezan, que considera a matéria muito explosiva, tanto assim que sobre ela, no momento, tramitam no Congresso mais de seis projetos, na maioria estabelecendo o distrital misto.

Ele admitiu que o assunto terá que vir à tona, mas o que fica no ar é a decisão quanto à oportunidade, que deverá ser debatida pelo partido. Na sua opinião, o tema tem o apelo inegável de vetar as chances das minorias radicais, que dentro desse sistema têm suas oportunidades reduzidas a sua proporção. Mas, assegurou o líder, o Governo não decidiu, não se posicionou sobre a época de iniciar o debate, embora não ignore que o voto distrital tem que ser discutido.

INDIFERENÇA

Enquanto o Senador Franco Montoro se mostrava indiferente à implantação do voto distrital no Brasil, o líder da Oposição na Câmara, Freitas Nobre, reafirmava seu repúdio a esse sistema, afirmando que o Governo pretende adotá-lo para ampliar ainda mais seu controle sobre o processo político, através do fortalecimento da representação governista nas casas legislativas.

Freitas rejeita, inclusive, a fórmula mista, cogitada pelo Governo, observando que "o fato de outros países de organização administrativa quase perfeita e extensão territorial pequena" recorrerem a esse sistema "não justifica sua adoção no Brasil, porque há um outro fator além destes, que é o da formação política do eleitor e dos que postulam os cargos".

Entre as figuras de maior peso político no PMDB, o Senador Montoro está só na sua atitude de aceitação do voto distrital, que é objeto de frequentes críticas dos parlamentares oposicionistas, e apontado como o maior dano que pode ser causado à normalização da vida política brasileira.

O argumento do senador paulista é o de que "se as coisas continuarem como estão, o Governo será sempre derrotado". Diante disso, ele acha que a Oposição deve concentrar suas atenções na defesa do restabelecimento das eleições diretas, sem se preocupar com o voto distrital".

Quinta-feira um repórter indagou a Montoro se a utilização desse sistema de votação não neutralizaria o avanço democrático representado pela volta das eleições diretas para governador. O Senador procurou demonstrar que não, observando, a princípio, que "tudo depende do tipo de distrital", e em seguida desenvolvendo raciocínios que demonstraram sua indiferença diante da questão.

Mesmo admitindo que seu posicionamento refletisse apenas um "enfoque paulista da questão" - como observou o repórter - Montoro recorreu